

Novo prazo: Constituição só em julho

A mais recente previsão: — a promulgação da nova Constituição só deverá ocorrer no final de junho ou início de julho. Foi o que disse, ontem, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em conversa com parlamentares do PMDB e do PFL, preocupados com o desgaste da Assembleia Nacional.

Ao ouvir sugestões do senador Odaclir Soares, Ulysses admitiu convocar reuniões matutinas da Constituinte, duas ou três vezes por semana, destinadas a pronunciamentos dos parlamentares, o tradicional pinga-fogo. Nas sessões à tarde haverá apenas votação da matéria constitucional, a fim de ganhar mais tempo.

A previsão do presidente da Constituinte de promulgação da nova Carta até julho vai depender, também, do funcionamento do equipamento de votação eletrônica — desde ontem novamente desativado.

Só novo texto poderá acabar com o impasse

O mandato de segurança coletivo, representatividade das entidades associativas, direito de propriedade, habeas-data, punição para crimes de tortura e terrorismo e outros pontos polêmicos que continuam inegociáveis entre o Centrão e os esquerdistas, poderão ser solucionados através de um texto novo, diferente de todas as propostas existentes, elaborada pelo relator da Constituinte, Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Esta possibilidade só poderá ocorrer, porém, depois de esgotadas todas as alternativas de votação das propostas da Comissão de Sistematização, do substitutivo do Centrão e as emendas destacadas. Se nenhuma destas propostas alcançar os 280 votos necessários para aprovação, surge o "buraco negro" — espaço não preenchido no projeto de Constituição — e neste momento o relator é convocado a apresentar, em 48 horas, um texto novo, essencialmente negociado entre as partes.

Pensando nesta hipótese, alguns grupos descontentes com os acordos de lideranças que vêm sendo firmados e com as propostas dos pontos polêmicos, articulam estratégias para forçar a negociação em torno de um texto melhor. A saída do plenário, para impedir o quorum que permita a aprovação do texto do Centrão, provocando o impasse e assim forçar as negociações, é uma destas estratégias.

Os integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) — cerca de 40 peemedebistas — aliados aos pequenos partidos, admitem lançar mão de todas as armas para forçar a negociação, se possível de um texto novo que restaure as conquistas sociais alteradas pelo substitutivo do Centrão.

— Se juntarmos os votos do MUP com os dos pequenos partidos teremos condições de evitar o quorum necessário para aprovação do texto do Centrão — cai o substitutivo e entramos na negociação que nos leva a um melhor caminho, explicou o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS).

Limitando a decisão de seguir uma posição autônoma em relação à orientação de voto dada pelo líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, os integrantes do MUP criticam o processo de negociação que tem levado aos acordos para aprovação do projeto. De acordo com Vicente Bogo, o próprio Covas deveria atuar no sentido de mudar este processo, onde são chamadas a participar sete ou oito lideranças, e no plenário os demais constituintes se limitam a votar sim ou não.

— Não podemos rebaixar o processo constituinte ao simples ato de seguir gestos de líderes que nos dizem para votar sim ou não", reclama o deputado gaúcho.

Pinga-fogo deve ser aos sábados

Insatisfeito com o ritmo lento em que está se processando a votação da Constituição, o deputado Joaquim Francisco (PFL/PE) sugeriu, ontem, ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, que sejam suspensos os discursos no horário do pinga-fogo e que só sejam permitidos qualquer tipo de pronunciamento, em sessões aos sábados e domingos, "quando teríamos uma tribuna livre, sem que isso atrapalhasse o andamento dos trabalhos de votação em plenário", afirmou. O ex-ministro do Interior ficou indignado com a sessão da última segunda-feira, quando entrou em plenário às 15 horas e o processo de votação só começou três horas depois.

Votação lenta adia confronto para hoje

Só quatro chamadas feitas e não sai decisão sobre punição a terrorismo e tortura

FOTOS: EUGÊNIO NOVAES



Cansado, o deputado José Maranhão cochila, na longa espera ditada pelo painel quebrado



Peça alemã chega hoje para salvar o painel

Os técnicos passaram a noite em claro, estudando o problema. Todo o sistema foi reprogramado para que ontem de manhã houvesse uma bateria de testes. Mais de quatrocentos funcionários da Câmara foram convocados e, sob o maior sigilo, com todas as portas de acesso ao plenário interditadas, o painel eletrônico da Constituinte passou por nova prova. Não adiantou. Com as mesmas falhas do dia anterior, quando apresentou pane durante a votação do artigo 6º, o painel foi mesmo deixado de lado na sessão de ontem, onde se teve de amargar intermináveis votações nominais. A esperança agora é a peça que será trazida hoje da Alemanha por um técnico da AEG, a empresa alemã responsável pelo sistema.

Antes de começar a votação nominal, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, tratou de dar explicações ao plenário. Ele falou sobre o teste, realizado pela manhã, sem resultado, e informou sobre a vinda do técnico alemão. Ulysses disse ainda que já havia pedido apoio, para as providências necessárias, ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O presidente da Constituinte, otimista, afirmou acreditar que hoje mesmo o painel eletrônico possa voltar a funcionar.

Embora 400 funcionários tenham sido convocados

para o teste, de acordo com o secretário-geral da Mesa da Constituinte, Paulo Afonso Martins, poucos mais de trezentos devem ter comparecido ao plenário para os testes, na avaliação dos técnicos da AEG que trabalham no Congresso. De acordo com um deles, um dos problemas do sistema é exatamente essa dificuldade em realizar testes que simulem realmente uma votação — com a capacidade total do plenário, de 559 constituintes.

Durante os testes, a imprensa teve de ficar de fora. Mas os funcionários chegaram animados, com a perspectiva de "votar, na Constituinte", mesmo sendo um teste. O sistema fora reprogramado durante a noite para aceitar novos códigos, fictícios, distribuídos posteriormente aos funcionários para a votação simulada. O cuidado era necessário para que não houvesse violação dos códigos — secretos — dos constituintes.

Da mesma forma que no dia anterior, vários postos de voto, acusaram cópia duplicada ou defeito. A avaliação dos técnicos é de que o sistema está sobrecarregado e não estaria conseguindo captar e processar todas as informações — os votos de centenas de constituintes — ao mesmo tempo.

O problema não teria surgido durante os trabalhos da Comissão de Sistematização porque, naquela fase, eram registrados no máximo 93 votos. Agora, com a carga total, a peça fundamental do sistema — o processador — demonstrou não ter a potência e a rapidez suficiente para atender ao esquema de votação em plenário.

E exatamente essa peça — o processador — que está chegando hoje da Alemanha, sem qualquer custo adicional para o Congresso, uma vez que o sistema ainda está em fase de implantação, e, portanto, sob a responsabilidade da AEG. O novo processador, explicaram os técnicos, é um equivalente mais moderno, mais veloz e com maior capacidade que o implantado atualmente.

O fato de os constituintes ficarem "brincando" com os botões e chaves dos postos de votação antes de acontecer, de verdade, é considerado pelos técnicos como um fator agravante da capacidade limitada do painel, uma vez que tais "brincadeiras" serviriam para sobrecarregar ainda mais o sistema.

Enquanto não volta a funcionar, o painel serve de piada e de preocupação aos constituintes. O líder do PFL, senador Carlos Chirreli, comentava: "Pelo menos é uma prova de que nem sempre a indústria estrangeira é a melhor em termos de sistema eletrônico".

Centrão avisa seus membros para ficarem

Na tentativa de alertar o grupo para que não se desmobilize porque ainda hoje, ou amanhã, será necessário mostrar no plenário que o Centrão dispõe de 280 votos para aprovar os textos de suas emendas mantidos fora do acordo, os integrantes do movimento realizaram ontem à noite, após a sessão de votação, uma reunião na qual também foi colhida a posição majoritária a respeito das negociações feitas com os demais grupos constituintes.

Essas reuniões, em princípio, deveriam ocorrer todos os dias após a sessão de votação, mas o número de comparecimento tem sido pequeno. A de ontem foi convocada pelo deputado José Lins, lembrando aos centristas que o grupo só terá força na medida em que houver entendimento interno e que cada um saiba de verdade o que ocorre em termos de negociações.

O Centrão está preocupado com o artigo que trata de tortura e terrorismo, pois ficou fora do acordo e, por isso, a ordem é manter o texto de sua emenda através do voto em plenário de 280 constituintes. Mas não para aí a mobilização do grupo: é que provavelmente amanhã entrará na pauta o direito de propriedade, quando a medição de força em plenário será inevitável.

Acordo adia a luta de grupos

O acordo prévio firmado entre as lideranças partidárias e o Centrão para a aprovação de 57 dos 62 parágrafos do Artigo 6º — dos Direitos Sociais — está fazendo com que os grupos ideológicos tenham um comportamento quase uniforme durante as votações em plenário. As matérias têm sido decididas no voto, que deixa de ser polarizado entre a esquerda e o Centrão. As votações de ontem, por exemplo, transcorreram num clima de cordialidade com o cumprimento do acordo. Pôde-se registrar até o presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva (SP), votando do mesmo jeito que o deputado Ricardo Fluzza (PFL-PE), um dos principais líderes do Centrão.

Contrariando as orientações de voto, somente o MUP marcou ontem posição durante as votações. Desfazendo a polarização centro-esquerda, na votação da emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), que prevê prisão imediata para os crimes de racismo sem fiança, o Centrão votou em massa pela sua aprovação. Apenas três deputados votaram não: Ziza Valadares (PMDB-MG), Sadie Hauache (PFL-AM) e Sérgio Werneck (PMDB-MG). Na emenda destacada pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), que previa a retirada da Constituição da garantia dos direitos adquiridos, a esquerda do PMDB votou junto com o Centrão, pela rejeição. Esta emenda recebeu votos favoráveis de 40 parlamentares do MUP e membros do PCB e PC do B. Até o PT votou contra a proposta de Tito, temendo que sua aprovação pudesse comprometer a garantia dos direitos adquiridos pelos trabalhadores. De uma maneira geral, os votos "sim" e "não" foram divididos de acordo com a interpretação pessoal de cada constituinte. Estavam de um mesmo lado, por exemplo o progressista Nelson Jobim (PMDB-RS) e o centrista Bonifácio de Andrada (PDS-MG), que discursaram contra a aprovação do destaque.

O ritmo lento que a falta do painel está impondo às sessões evitou que o primeiro ponto polêmico do artigo 6º, o parágrafo que trata dos crimes inafiançáveis, fosse votado ontem. A tarde inteira acabou sendo gasta com apenas quatro votações através de chamadas nominais, algumas sobre questões praticamente consensuais, como o parágrafo 5º, que trata do direito à informação. Este dispositivo foi aprovado por 512 votos favoráveis e dois contra, mas a votação teve que ser feita nome a nome, porque em matéria constitucional não são permitidas votações simbólicas.

A sessão de hoje, marcada para as 14 horas, promete começar bem animada e evitar cochilos como o que atacou ontem o deputado José Maranhão (PMDB-PB). O dispositivo que trata dos crimes inafiançáveis é um dos quatro pontos que estão fora do acordo firmado entre as lideranças e existem nove emendas para modificar o texto do Centrão. A redação proposta pelo grupo inclui, entre os crimes inafiançáveis, o tráfico de drogas, os "crimes hediondos" e o terrorismo, além da prática de tortura, o único considerado inafiançável pela Sistematização.

Entre as emendas, há propostas para todos os gostos. Uma das mais brandas é a do deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), que só considera inafiançável e imprescritível a prática de tortura e o tráfico de drogas. Já a emenda do deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ) não cita a tortura nem o terrorismo, e define como único crime inafiançável a "ação de grupos armados, civis e militares, contra a ordem

institucional e o Estado democrático".

Certamente nenhuma delas conseguirá reunir tantos votos favoráveis quanto o texto aprovado para o artigo 5º, que trata do direito à informação. O texto, fruto da fusão das propostas dos deputados Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Afif Domingos (PL-SP) e Airton Cordeiro (PFL-PR), nem chegou a ser encaminhado. Antes do início da chamada nominal, Mendes Ribeiro pediu que a votação fosse simbólica a fim de economizar tempo, mas Ulysses Guimarães lembrou-lhe que em matéria constitucional a chamada deve ser nominal.

APELO

Durante toda a sessão, Ulysses pediu aos constituintes para permanecerem até a última votação. O pedido foi atendido. Apenas 31 saíram entre a penúltima e última votação, entre eles o próprio Ulysses. As 21h25, o primeiro vice-presidente, senador Mauro

Benevides (PMDB-CE), anunciou o resultado da votação ao final que rejeitou emenda do deputado Sotero Cunha (PDC-RJ) ao parágrafo 7º: 372 não, 110 sim.

Sotero queria retirar a expressão "com seus bens" do texto que trata do direito de livre locomoção, entrada e saída do País, por qualquer pessoa em tempos de paz, respeitados os preceitos legais. O relator-adjunto José Fogaça (PMDB-RS) lembrou que o fluxo de bens já é regulado pelo Banco Central em legislação ordinária e não teria sentido tratar disso na Constituição.

O deputado Virgildálio de Senna (PMDB-BA), que também falou contra a emenda, utilizou uma citação bíblica para fundamentar sua argumentação: "Todos se recordam que os judeus, quando fugiram do Egito, levaram todos os seus bens. O que o deputado Sotero Cunha propõe é uma medida muito mais drástica do que a tomada por aquele faraó egípcio".

O QUE JÁ ESTÁ APROVADO

Artigo 6º

§2º — A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

A prática do racismo constitui crime inafiançável e sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei.

§3º — A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

§4º — A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada.

§5º — É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

§6º — É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou sair com seus bens.

Chamada nominal provoca atraso

A Constituinte consumiu três horas de trabalho para votar dois dispositivos que alteraram o substitutivo do Centrão ao capítulo dos direitos individuais e coletivos, porque o voto dos presentes foi obtido por chamada nominal da extensa lista de 559 nomes. A lentidão do processo de votação

causada pela falha do sistema eletrônico de votação só é superada pelas discussões em torno de matérias que envolvam a defesa de posições político-ideológicas. Para sorte do plenário, as duas questões inicialmente votadas ontem dispensaram esta discussão, mas a chamada nominal para aprovação da primeira durou 55 minutos (feita pelo constituinte radialista Arnaldo Faria de Sá, PTB/SP); para a rejeição da segunda, uma hora e meia (feita pelo senador Mário Maia, PDT/AC).

A primeira matéria colocada em votação, de autoria do deputado Carlos Alberto Caó (PDT/RJ), incorpora ao § 3º do substitutivo (que passou a ser § 2º porque o § 1º foi incorporado ao caput do artigo 6º) a interpretação da prática do racismo como "crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". No segundo turno de votação do Projeto de Constituição, conforme ficou acertado com o relator

Bernardo Cabral pelo autor da emenda, o dispositivo será integrado ao § 9º, que prevê outros crimes inafiançáveis.

O constituinte negro Caó, ao defender sua emenda, lembrou que além da deputada Benedita da Silva (PT/RJ), co-autora da proposta, a matéria tem "mais de 60 milhões de autores e sujeitos vivos", referindo-se à comunidade negra do Brasil. Para ele, instituir o racismo como crime inafiançável é uma forma de acabar com a contradição existente entre o Estado e a Nação. O primeiro, segundo ele, tem uma só cara; a segunda, é pluricultural, plurirracial, e precisa encontrar harmonia com o Estado.

A emenda de Caó recebeu críticas, sobre sua técnica jurídica, do deputado Luiz Seyfer (PMDB/GO), que acabou votando a favor da matéria. A grande surpresa da defesa da emenda foi o pronunciamento do deputado José Lourenço (PFL/BA), que subiu à tribuna e declarou a poesia "O Navio Negroiro", de Castro Alves. Somente três constituintes voltaram contra: Ziza Valadares (PMDB/MG), Sérgio Werneck (PMDB-MG) e Sadie Hauache (PFL/AM). A proposta foi aprovada por 519 votos.

A matéria seguinte, que consumiu uma hora e meia de chamada nominal para ser rejeitada por 391 votos contra 121 e três abstenções, foi uma fusão de emendas dos deputados Agassiz Almeida, Osvaldo Trevisan e Ronan Tito, propondo a supressão do termo "direito adquirido" do § 5º do substitutivo do Centrão. A justificativa dos autores da proposta era a de que a fixação desta figura jurídica no texto constitucional favoreceria os marajás, pois o dispositivo assegura que a lei nova tem a capacidade da retroatividade. Foi o próprio relator Bernardo Cabral quem lembrou que no artigo 22 das Disposições Transitórias do projeto de Constituição fica vedada a invocação do direito adquirido quando os vencimentos e remunerações, em desacordo com a Constituição, forem reduzidos.

Mais uma vez os grupos ideológicos do plenário ficaram divididos, já que a matéria era de concepção jurídica. Um dos líderes do Centrão, deputado José Bonifácio (PDS/MG), se colocou contra a proposta por ser um atentado aos princípios basilares das normas jurídicas e constitucionais. Do seu lado, nesta questão, ficaram os deputados Nelson Jobim e Cabral.

AS ESTRELAS DO DIA

FOTOS: GIVALDO BARBOSA



Irritado, Gastone Righi (E) protesta contra o comentário de José Fogaça

Crítica quase dá pancadaria

O bate-boca em plenário e a tentativa de agressão física entre os dois transformaram o senador José Fogaça (PMDB-RS) e o deputado Gastone Righi (PTB-SP), líder de seu partido na Constituinte, nas estrelas do dia durante a votação de ontem em plenário. A troca de acusações verbais só não teve consequências mais graves porque a sempre presente "turma do deixa-disso", agiu com rapidez. Todo o incidente teve início quando o líder do PTB, no horário destinado às comunicações de lideranças solicitou questão de ordem para desagravar o constituinte Mendes Botelho (PTB-SP), também presidente do Sindicato dos Ferroviários da cidade de São Paulo, em greve desde a última segunda-feira. Segundo Gastone Righi, seu colega de bancada havia sido "vítima da truculência da Polícia Militar de São Paulo", durante um piquete.

A colocação do líder do PTB foi o bastante para que o senador José Fogaça

pedisse um aparte e ironicamente dissesse que se admirava de que essa defesa partisse de uma das lideranças do Centrão, "agravamento que inclusive tem emendas proibindo greve em determinados setores". Gastone Righi mudou de cor. Completamente transornado, sequer permitiu que o senador concluísse sua colocação. Pegou o microfone e disparou: "Não admito que esse senador menor venha me fazer qualquer repreensão. O Centrão nunca foi contra a greve neste setor. Este senador faz parte dessa esquerda, que só está querendo tumultuar os trabalhos".

Imediatamente, dezenas de constituintes cercaram os dois parlamentares. Só que, apesar dos esforços de alguns e dos pedidos de calma, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), também se sentindo melindrado com as palavras do senador, pariu em sua direção, só não conseguindo atingi-lo, porque o constituinte Roberto D'Ávila

(PDT-RJ) o retirou de cena, levando-o para as laterais do plenário. O tumulto, no entanto, não acabou. No restante do período destinado às comunicações de lideranças, um considerável grupo de constituintes permaneceu em pé de guerra, e a ordem só foi restabelecida com a entrada no plenário do presidente Ulysses Guimarães, ao assumir os trabalhos para o início da votação.

O tumulto, iniciado pelos dois constituintes, provocou ainda outro fato pitoresco. A deputada Beth Azize (PSB-AM), que ocupou a tribuna para falar pela liderança de seu partido, teve seu tempo regimental interrompido antes da hora, por confusão do senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Presidindo a Mesa durante a confusão, o senador chegou mesmo a ficar meio atordoado e anunciou as palavras de outro constituinte, enquanto a deputada falava. Beth Azize, meio incrédula, disse: "Eu ainda não terminei, sr. presidente" (risos).